

EMENDA MODIFICATIVA Nº 106 AO PLE Nº 13/2024

Modifica o Projeto de Lei do Executivo nº 13, de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, e acrescenta-lhe dispositivo normativo.

Artigo Único. Modifique-se a alínea “d” do inciso I do art. 3º do Projeto de Lei do Executivo nº 13, de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025, e acrescente-se-lhe item, renumerando os demais, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

3º.....

.....

I

.....

.....

d) Eixo Desenvolvimento Social, que tem por diretrizes:

- enfrentar desigualdades com geração de oportunidades, garantia de direitos e proteção social;
- desenvolver serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias;"

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Recife, 16 de maio de 2024.





GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

Liana Cirne Lins
Vereadora (PT)

Documento assinado digitalmente com usuário e senha por Liana Cirne.
Proposição eletrônica P1292307580/47792. Para verificação de autenticidade utilize o QR Code exibido no rodapé.

Gabinete da Vereadora Liana Cirne

Câmara Municipal do Recife | Rua Princesa Isabel, 410 | Gabinete 27 | Boa Vista - Recife
81 99960.1300 | lianacirne@recife.pe.leg.br | [Facebook](https://www.facebook.com/lianacirne) | [Instagram](https://www.instagram.com/lianacirne) | [LinkedIn](https://www.linkedin.com/company/lianacirne) | [TikTok](https://www.tiktok.com/lianacirne) /lianacirne | www.lianacirne.com.br



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda tem por objetivo desenvolver serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias. A proteção social é fundamental na dinâmica municipal, uma vez que comporta discussões e problemas para além de questões meramente econômicas. Necessita-se, dessa forma, de eficientes propostas de políticas públicas para que haja efetivo desenvolvimento social. Questões que promovam a proteção para redução das desigualdades, inclusão social e produtiva das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, são fundamentais.

A proposta está adequadamente fundamentada no art. 166, § 4º, da Constituição Federal; art. 98, § 3º, da Lei Orgânica do Município; e possui compatibilidade com o Plano Plurianual 2022-2025. Não havendo óbices legais à Emenda ora apresentada, requer sua aprovação por esta Casa.

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Recife, 16 de maio de 2024.

Liana Cirne Lins
Vereadora (PT)

